



"BRASIL - DO CABURÁ AO CHUÍ"
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS

PARECER DO RELATOR

NOS TERMOS DO ART. 49, INCISO VI, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA, PASSO A EMITIR O PARECER DO RELATOR DESTA COMISSÃO PERMANENTE, SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 271/2025, DE 08 DE SETEMBRO DE 2025 – DE AUTORIA DO VEREADOR DEYVID EVERSON SILVA CARNEIRO – QUE “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMADS, REALIZAR O MAPEAMENTO E A IDENTIFICAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E/OU EXERCENDO A MENDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 271/2025, de autoria do Vereador Deyvid Carneiro, dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, realizar o mapeamento e a identificação de crianças e adolescentes em situação de rua e/ou exercendo a mendicância no Município de Boa Vista.

A proposição tem por finalidade promover o levantamento sistemático e contínuo desses menores, a fim de subsidiar políticas públicas voltadas à proteção integral, à convivência familiar e comunitária e à inclusão social.

A proposta estabelece diretrizes de atuação integradas entre os órgãos da rede de proteção — como assistência social, saúde, educação, conselhos tutelares, Ministério Público e demais entidades —, assegurando abordagem humanizada e multidisciplinar, conforme os marcos normativos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos.

A matéria foi apreciada pelas Comissões de Legislação, Justiça, Redação Final e Legislação Participativa e de Políticas para Mulheres, Crianças, Adolescentes, Idosos e



"BRASIL - DO CABURÁ AO CHUÍ"
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS

Pessoas com Deficiência, cujos pareceres foram favoráveis, reconhecendo a regularidade jurídica, a legitimidade da iniciativa e a relevância social da medida proposta.

II – DA COMPETÊNCIA DESTA COMISSÃO

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno, compete à Comissão de Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente manifestar-se sobre proposições que versem sobre políticas públicas e ações relacionadas à promoção da saúde, à assistência e ao bem-estar social, especialmente quando envolvam a proteção de grupos em situação de vulnerabilidade.

A presente proposição insere-se plenamente no escopo de atuação desta Comissão, pois trata de medida voltada à identificação, proteção e acompanhamento social e de saúde de crianças e adolescentes em situação de rua ou mendicância, configurando ação essencial à efetivação dos direitos humanos e à promoção da dignidade da pessoa humana.

Assim, esta Comissão é competente para apreciar o mérito da matéria.

III – DA ANÁLISE DO MÉRITO

O Projeto de Lei nº 271/2025 apresenta pertinência social e relevância humanitária, ao propor a adoção de mecanismos de mapeamento e identificação de crianças e adolescentes em situação de rua, medida que constitui o primeiro passo para a construção de políticas públicas eficazes de prevenção, acolhimento e reinserção social.

A proposta está em consonância com o princípio da proteção integral previsto no artigo 227 da Constituição Federal, bem como com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Decreto Federal nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Harmoniza-se ainda com a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2017 e a Resolução CNDH nº 40/2020, que estabelecem diretrizes para o atendimento humanizado e intersetorial a pessoas em situação de rua, especialmente crianças e adolescentes.



**"BRASIL - DO CABURÁÍ AO CHUÍ"
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS**

Importa destacar que a proposição não cria despesa obrigatória de caráter continuado, limitando-se a organizar e aprimorar políticas já desenvolvidas pela SEMADS, inexistindo, portanto, vício de iniciativa ou de natureza orçamentária.

Sob o aspecto da saúde e assistência social, a medida contribui para identificar vulnerabilidades, prevenir agravos à saúde física e mental e promover o acesso aos serviços públicos, reforçando o compromisso do Município com a dignidade humana, a cidadania e o desenvolvimento social sustentável.

Diante do exposto, considerando a legalidade, legitimidade e relevância social da matéria, esta Comissão entende que o Projeto de Lei nº 271/2025 deve receber parecer favorável.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta relatoria manifesta-se favorável à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 271/2025, considerando sua legalidade, constitucionalidade e relevância social.

Boa Vista/RR, 20 de outubro de 2025

**PROF. DR. THIAGO REIS
RELATOR**